



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JULIANA DE OLIVEIRA MARCOLINO

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA/DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: identidade
e autonomia diante das demandas relacionadas às ONGs.

CAMPINA GRANDE-PB

2012

JULIANA DE OLIVEIRA MARCOLINO

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA/DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: Identidade e autonomia diante das demandas relacionadas às ONGs.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador(a). Prof. Salyanna de Souza Silva

CAMPINA GRANDE-PB

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Luiza Erundina – UEPB

M321a Marcolino, Juliana de Oliveira.

Uma análise da atuação do/da profissional de serviço social [manuscrito] : identidade e autonomia diante das demandas relacionadas as ONGs / Juliana de Oliveira Marcolino. – 2012.

31 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Ma. Salyanna de Souza Silva, Departamento de Serviço Social”.

1. Assistente Social. 2. Atuação Profissional. 3. Terceiro Setor. 4. Serviço Social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

JULIANA DE OLIVEIRA MARCOLINO

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA/DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: Identidade
e autonomia diante das demandas relacionadas às ONGs.

Aprovado em 12/07/2012

Nota 10,00

BANCA EXAMINADORA

Salyanna de Souza Silva

PROF. MS SALYANNA DE SOUZA SILVA

UEPB/CCSA/ DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ORIENTADORA

Marília Tomaz de Oliveira

PROF. MS MARÍLIA TOMAZ DE OLIVEIRA

UEPB/CCSA/ DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

EXAMINADORA

Elaine Almeida Barros

ELAINE ALMEIDA BARROS

**ASSISTENTE SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO PARA PORTADORES DE CÂNCER
ESPERANÇA E VIDA (AEV)**

EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, pois sem ele não teria chegado até aqui.

A minha mainha (Luzia) pelo carinho e por todo apoio para que eu vencesse mais essa etapa em minha vida.

Ao meu painho (José) que sempre me incentivou a lutar por meus ideais.

A minha irmã (Cris), meu exemplo de perseverança, que sempre esteve ao meu lado me dando apoio. E toda minha família que sempre acreditou em mim.

Ao meu noivo (Francisco) que sempre esteve ao meu lado me dando força para seguir em frente e ser essa pessoa tão especial em minha vida.

A minha orientadora e amiga Salyane, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste artigo.

Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação.

As minhas amigas de sala e estágio por todos os momentos que passamos juntas

A minha orientadora de estágio e amiga Elaine por todo apoio.

E a todos os usuários da AEV. Vocês são muito importantes em minha vida com toda força de vontade que vocês demostram a cada novo dia.

Obrigada a todos.

Dedicatória

Dedico este artigo primeiramente a Deus, por sempre estar ao meu lado, a minha mãe meu anjo aqui na terra, minha irmã que não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida e ao meu noivo que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
1 - INTRODUÇÃO.....	9
2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E O TERCEIRO SETOR NO 11	11
CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO	
2.1 O BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	13
3. O CONCEITO DO TERCEIRO SETOR NO NEOLIBERALISMO	15
4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O 19	19
CONSERVADORISMO E O PROCESSO RUPTURA	
4.1 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR	22
5. O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE 23	23
CÂNCER ESPERANÇA E VIDA: LIMITES E POSSIBILIDADES	
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7. REFERENCIAS	31
• ANEXOS	

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA/DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: identidade e autonomia diante das demandas relacionadas às ONGs.

MARCOLINO, Juliana De Oliveira¹

Resumo

Com as transformações que o mundo passava em decorrência do projeto neoliberal, houve um processo expansivo de precarização no atendimento das necessidades sociais. No decorrer dessas transformações o Estado transfere para o terceiro setor a sua responsabilidade de atender as necessidades sociais da população. Neste sentido as ONGs surgem, na década de 90, como expressões da sociedade civil organizada, tornando-se um novo mercado de trabalho para as/os assistentes sociais. Assim nosso artigo tem o intuito de problematizar o exercício profissional da/do assistente social na Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida (AEV), município de Campina Grande (PB), identificando seus limites e suas possibilidades no decorrer de sua atuação como profissional. Nossa pesquisa tomou como referencial o método histórico-dialético. O trabalho que ora se desenha é derivado da experiência de estágio Curricular na AEV, nos anos de 2010 a 2011. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória e bibliográfica, tendo como instrumento para coleta de dados a realização de entrevistas a cinco usuáries no intuito de conhecer a opinião destes sobre a atuação do Serviço Social, e com a assistente social da AEV. Constatou-se assim que existe um forte vínculo entre o Serviço Social e seus usuáries.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Serviço Social. Sociedade Civil.

ABSTRACT

According the transformations that the world had suffered with neoliberal plans, there were a large and poor process in the social necessities services. During these transformations, The State transfers this responsibility to the Third Section, but it doesn't serve the social services to the population. In this way, Ongo appear in the nineties like expressions to the organized civil society. It becomes a new opportunity to the Social Workers. However, this article has the target to show how the professionals -Social Workers develop their job in: Associação para portadores de câncer Esperança e Vida (AEV) in Campina Grande -Paraíba, and they identify their limits and their possibilities in your work like professionals in this area. Our research take reference with the historical and dialectical method. During 2010 and 2011 we had experience in our stage to the our Curriculum in AEV. Then, this is a research that exploring and collecting bibliographic datas with instruments to come true with interviews with five users which they talk your opinions about how the Social Workers and Social Services do assistances to them at AEV. This way, we analyse that there is a link between Social Serve and their Users.

¹ Aluna do curso de Serviço Social - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Key words: Third Sector. Social Service. Civil Society.

1-INTRODUÇÃO

No fim dos anos 70 o mundo passava por transformações decorrentes do projeto neoliberal, determinado pelos países capitalistas, abalando o processo produtivo e o processo de trabalho. Para garantir os padrões de acumulação, o capital reorganiza suas funções para o Estado, a sociedade civil e o mercado, reduzindo os direitos sociais, privatizando os serviços essenciais, como saúde, educação, assistência entre outros.

Nesse cenário, o terceiro setor se apresenta como “porta voz” da sociedade civil organizada (MONTAÑO, DURIGUETO, 2011), por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPS), dentre outros, deixando de atuar como autor coadjuvante para terem uma centralidade na execução dos projetos sociais, desenvolvendo desta forma projetos próprios de acordo com as demandas que são postas.

O terceiro setor surgiu para responder as demandas sociais que antes eram responsabilidade do Estado, onde a sociedade civil acaba sendo a mais prejudicada com a redução do Estado com as políticas públicas. Dentro das organizações do terceiro setor, as ONGs entram em cena como alternativa para os problemas decorrentes da saída do Estado das respostas às expressões das questões sociais, estimulando o aumento da solidariedade e do voluntariado. Essas instituições são financiadas por parcerias e muitas vezes pela própria sociedade civil.

Dos vários desafios que se colocavam nesse novo cenário, não podemos negar a importância da atuação de algumas/ alguns profissionais, entre esses a/o assistente social, considerando sua especificidade profissional e sua capacidade de atuação ético-política. Esses profissionais foram chamados para atuar nessas instituições frente às expressões da questão social, desenvolvendo trabalhos junto com os familiares e os (as) usuários (as) por meio de uma abordagem multidisciplinar.

Assim, nosso artigo tem como principal objetivo analisar a atuação do profissional do Serviço Social na ONG Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida (AEV), localizada em Campina Grande, no bairro do Alto Branco, na Rua Antônio Campos nº 382.

O trabalho que ora se desenha é derivado da experiência de estágio Curricular na Associação de Apoio aos Portadores de Câncer (AEV), nos anos de 2010 a 2011, onde podemos

constatar os limites que a/o profissional de Serviço Social enfrenta face às demandas que surgem cotidianamente, e pela necessidade de estudos em torno da inserção e atuação dessa/desse profissional no terceiro setor.

Elegemos como objetivos específicos: conhecer a opinião dos (as) usuários (as) sobre a atuação do Serviço Social; analisar a atuação da assistente social na Associação Esperança e Vida em relação às exigências profissionais; caracterizar a AEV.

Nesse sentido das vários tipos de pesquisas existentes optamos pelas do tipo exploratória e bibliográfica por permitir um maior conhecimento da área pesquisada. Dos referenciais teórico-metodológicos existentes optamos pelo método materialista histórico-dialético (ou método marxista), pois este nos permite conhecer o fenômeno estudado em seus aspectos históricos, compreendendo seu movimento contraditório no decorrer da história.

Além de um levantamento bibliográfico e documental sobre o terceiro setor e o Serviço Social, também realizamos entrevistas com um universo de cinco usuárias, no intuito de conhecer a opinião destes sobre a atuação do Serviço Social, e com a assistente social da AEV.

Como critério para a seleção dos sujeitos escolhidos se utilizou a amostragem casual simples. Segundo Lefffeld (1990), essa é a forma básica da amostragem probabilística, ou seja, a seleção é realizada com base num processo que dá a cada membro da população a mesma probabilidade de ser incluso na amostra.

Para técnica de coleta de dados optamos por realizar uma entrevista se utilizando de um roteiro semiestruturado, pois é o que melhor se adequa a capturar as dados necessários, dando ao entrevistador uma maior flexibilidade e ao entrevistado mais liberdade de expor suas ideias. Fizemos uso de dois modelos de entrevista um para os (as) usuários (as) e outro para a assistente social. Na entrevista junto aos usuários o roteiro foi dividido em duas partes, a primeira consiste nos dados sócios econômicos e a segunda em questões abertas. Todas as entrevistas foram feitas individualmente por uso de um gravador, no próprio espaço da AEV, e logo em seguida transcritas.

Por tratar-se de uma pesquisa envolvendo diretamente seres humanos, submetemos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Para a realização da pesquisa foram cumpridos todos os aspectos éticos que envolva seres humanos que estão regulados pelas Diretrizes e Normas de Pesquisa em Seres Humanos, através da Resolução

196/96 do Conselho Nacional de Saúde, estabelecida em outubro de 1996. O projeto de número 0722.0.133.000-11 foi enviado para o comitê de ética no dia 22/11/2011 e aprovado no dia 09/12/2011.

Teremos como ponto de partida de nosso artigo a conjuntura crise do capital e do *Welfare State* passando pelo neoliberalismo, e a importância da sociedade civil na criação de um movimento social em prol de seus direitos, que deu início ao terceiro setor e a função social das ONGs.

No segundo momento analisaremos o terceiro setor enquanto espaço de inserção do Serviço Social, levantando questões referentes à funcionalidade e limites do terceiro setor e seu exercício profissional.

Em nosso terceiro momento caracterizamos a AEV, os serviços e benefícios ofertados, como também apresentaremos o perfil das usuárias entrevistadas e sua opinião sobre o Serviço Social da instituição. Nesse ponto também apresentamos questões referentes ao trabalho do assistente social.

Buscamos ainda, através dos resultados desse estudo contribuir para reflexões futuras acerca dessa problemática possibilitando ao profissional uma visão mais ampla e crítica de sua atuação, sobretudo por ter se tornado uma das áreas que mais vem ganhando espaço na sociedade.

2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E O TERCEIRO SETOR NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO.

O terceiro setor é um novo fenômeno contemporâneo e polêmico, tendo suas atividades voltadas para a sociedade civil, atuando principalmente na prestação de serviços à população de baixa renda. Como expressão do terceiro setor, podemos citar as Organizações Não Governamentais (ONGs), instituições sem fins lucrativos e autônomas, estas têm suas finanças dependentes de doações da sociedade civil e outras entidades financeiras.

Para obter-se uma maior compreensão de como se deu o surgimento do terceiro setor, devemos analisar a conjuntura em que ele está inserido, sendo inevitável o debate sobre o Estado

e suas transformações no decorrer da história, tanto a nível mundial como também nacional, entendendo que estas por sua vez estão vinculadas as alterações do modo de produção capitalista.

Com a crise de 1929 e com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo passava por uma crise econômica, que não dava mais conta da realidade dos interesses da classe burguesa. Para tentar reconstruir a economia com novas bases disseminou-se a forma organizacional estatal que ficou marcada como keynesiano, com finalidades voltadas a intervenção estatal nas atividades econômicas, regulando-as e executando investimentos em obras, o que propiciou um maior bem estar à população, tal movimento visava retomar as taxas de lucro.

Com bases nesses conceitos o mundo entrava em uma nova forma de organização do capitalismo, com grandes expansões de capital, e altas taxas de crescimento econômico. Ficou a cabo do Estado restabelecer o equilíbrio econômico, realizando investimentos que atuassem diretamente nos períodos de crise como estímulo a economia. Segundo Behring e Boschetti, (2009, p. 89) o Estado, na perspectiva keynesiana, passa a ter um papel ativo na administração macroeconômica, ou seja, na produção e regulação das relações econômicas. Dessa forma as autoras afirmam que por seguirem a mesma linha de produção em longa escala, não flexível

O keynesianismo agregou-se ao pacto fordista - da produção em massa para o consumo em massa e dos acordos coletivos com trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho. O fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas (BEHRING e BOSCHETTI, 2009).

Os países que implementaram as políticas sociais direcionadas no modelo keynesiano-fordista, utilizaram o termo *WelfareState* para designar suas expressões, que também ficaram conhecidas como “anos dourados” ou trintas anos gloriosos de 1945 a 1975. É nesse período que as políticas sociais se generalizaram em todo o mundo.

Contudo logo no início da década de 60 o modelo keynesiano-fordista, começava a dar sinal de crise com o aumento das produções por partes dos países Europeus e dos Estados Unidos, houve um excesso de produtos fabricados, uma superprodução que não foi acompanhada do aumento da demanda, o que desencadeou a perda dos lucros nas indústrias. O aumento dos gastos governamentais levou alguns países à inflação por ter que emitir um maior número de moedas, pois as despesas públicas cresciam enquanto a capacidade fiscal estagnava. Em

decorrência desses fatos ficava evidente que o fordismo e o keynesianismo não tinham condições de conter as contradições do capitalismo, passando a ser criticados por conservadores vinculados a idéias neoliberais.

Com a nova crise que se estabelecia em todo o mundo, houve uma necessidade de mudança nas organizações sociais. Sob a alegação de que o capitalismo enfrentava problemas decorrentes aos gastos que o Estado tinha feito em prol das políticas sociais.

Conduzidos pelas reformas neoliberais, que argumentavam que a política do *WelfareState*, destruía o progresso econômico para garantir a proteção social, os pensadores conservadores neoliberais pregavam um Estado mínimo e um governo forte, no sentido de controlar a emissão de dinheiro e diminuir os gastos sociais, para eliminar a intervenção do Estado na economia.

Para poder manter o padrão de acumulação, começa a ocorrer uma série de mudanças estruturais principalmente no que diz respeito à forma de organização do trabalho, sob o controle do capital, surge então o padrão da acumulação flexível². Tal padrão levou ao aumento da exploração da força de trabalho, redução dos direitos sociais trabalhistas conquistados anteriormente.

De acordo com Behring e Boschetti (2009, pag. 127):

A hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, conforme defendia. As medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, pois provocava aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho não qualificados, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão de obra e redução de gastos com políticas sociais.

Dessa forma, para compreendermos como se desenvolveram as medidas neoliberais no Brasil e suas repercussões nas políticas sociais em nosso próximo item buscaremos abordar tais elementos.

2.1. O BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

² Acumulação flexível caracteriza-se por ser um processo de acumulação que só é possível através das transformações no modelo produtivo (trabalho polivalente, empresas terceirizadas, etc.) e no mundo do trabalho (desregulamentação dos direitos do trabalho, maior fragmentação e precarização da classe trabalhadora, etc.), gerando condições de maior controle de produção e controle ideológico para a reprodução do capital (BEHRING E BOSCHETTI, 2009)

Diferentemente dos países desenvolvidos, o Brasil não vivenciou o chamado *WelfareState*. Assim, o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras foi resultado de um processo de *modernização conservadora* que consolidou a industrialização e o crescimento econômico sem distribuir essa expansão aos trabalhadores. A experiência das políticas sociais surgiu tanto de decisões autárquicas como de lutas por parte da classe trabalhadora, podemos afirmar que tais iniciativas ao mesmo tempo em que denotam intenções paternalistas, por parte da classe burguesa brasileira, também representam conquistas para a classe trabalhadora.

A Constituição Federal de 1988 levou o país a uma nova forma de pacto social, resultado das lutas do período pós- ditatorial, alguns autores afirmam que é somente nesse período que o país passa por uma espécie de Estado de bem estar social, pois a Carta Magna reconhece em seus artigos 5º e 6º os direitos individuais e sociais, além de assegurar o tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), em seu art. 194.

Contudo, pouco tempo após a homologação da "Constituição Cidadã", o Brasil, já na década posterior, insere-se na dinâmica mundial. Com o intuito de orientar os países que passavam por crises externas, objetivando seu enquadramento na ordem mundial neoliberal como o Brasil, foi realizado em novembro de 1989 nos Estados Unidos o Consenso de Washington, com organizações de financiamento internacional, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). O objetivo do encontro era levar recomendações para os países periféricos, o que significou uma afronta à soberania nacional, entre eles: disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira entre outros.

Diante deste contexto, na década de 90 o Brasil passava por transformações que iriam mudar de vez a sua conjuntura. O país tinha como Presidente da Republica Fernando Henrique Cardoso (FHC), que como Ministro da Fazenda, criou o *Plano Real* em 1994, elevando a sua popularidade que o induziu a sua candidatura e posterior vitória. Tal plano econômico tinha como meta estabilizar e renegociar dívidas antigas, e a abertura comercial como medida para amenizar a inflação.

Outra importante medida da "era FHC" foi o início do processo de *contrarreforma* do Estado (BEHRING,2003), estando de acordo com as recomendações do "Consenso de Washington" que levaram o país a crise fiscal, privatizações dos patrimônios estatais, redução dos gastos públicos e dos direitos sociais.

Já em seu segundo mandato, os problemas continuavam a aparecer, a abertura comercial não altera a crise externa, por causa da alta importação e pouca exportação, o grande número de privatizações levou a um agravamento das contas públicas. A nova onda era de corte dos gastos sociais que gera nos anos 90 o agravamento das condições sociais. Como no resto do mundo, o ajuste neoliberal provoca consequências severas para as políticas sociais, somando ao aumento do desemprego e da desigualdade social.

Outro aspecto de destaque na “reforma” do Estado foi o *Programa de Publicização*, que se expressou na criação das agências e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas. Esta última estabeleceu um termo de parceria com as ONGs e instituições filantrópicas para implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social – sempre ignorando o conceito constitucional de seguridade - se combinou o serviço voluntário, o qual desprofissionalizava a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade, da realização do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntário não remunerado. (BEHRING, BOSCHETTI, 2009, pg154)

Dessa forma, é sob tal processo de redefinição do papel do Estado junto à efetivação das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais que começa a surgir junto à sociedade civil o fenômeno do terceiro setor. Com a redução do Estado para atender as demandas da “questão social” que se intensifica³, a solidariedade aparece como característica principal do terceiro setor que entra em cena para *camuflar* o que deveria ser uma função do Estado para com sociedade civil, que foi a mais prejudicada na nova onda neoliberal.

Vemos dessa forma que, o atual fenômeno de proliferação do terceiro setor no Brasil teve suas bases de legitimação não somente na chamada esfera da "sociedade civil", mas também na esfera do Estado, por meio da contrarreforma do Estado e do Programa de Publicização.

3. O CONCEITO DO TERCEIRO SETOR NO NEOLIBERALISMO.

Neste cenário neoliberal de radicalização das expressões da "questão social", com aumento do desemprego, flexibilização das leis trabalhistas, precarização/focalização das políticas de Seguridade Social, aumento da desigualdade social, dentre outros; o Estado retira-se e transfere

³ Tal radicalização da "questão social" se expressa pela pauperização da classe trabalhadora, posteriormente em nosso trabalho apresentaremos mas claramente tais mudanças evidenciadas na vida dos/das usuários (os) atendidos (das) na AEV.

para a chamada esfera do terceiro setor a responsabilidade de intervenção junto às "mazelas sociais". Segundo Simões (2010, pag. 472):

Passou-se a denominar terceiro setor o conjunto de atividades não estatais ou governamentais constituído de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se dedicam ao fornecimento de serviços básicos de assistência, saúde e educação, pesquisa, filantropia, consideradas de interesse público [...]. Essas atividades têm sido concebidas como um novo setor para a solução de problemas sociais decorrentes da organização da sociedade civil [...]

Assim, muitos (as) autores (as) vão considerar que a realidade social se divide em três esferas, sendo o *primeiro setor* correspondente ao Estado responsável pelas atividades consideradas essenciais aos interesses públicos, o *segundo setor* constituído por atividades do mercado movido por questões individuais de lucratividade e o *terceiro setor* que são constituídos por organizações sem fins lucrativos, situados na sociedade civil, que o Estado reconhece como serem de interesse público.

Considerando que o termo terceiro setor foi criado para acabar com a dicotomia existente entre o público e o privado, onde o público é o Estado, e o privado o mercado. Mas com o Estado em crise e o mercado com interesses lucrativos não podendo responder as demandas sociais, o terceiro setor passa a articular entre ambos os setores.

Contudo, compartilhamos com Montañó (2008) quando afirma que, o chamado "terceiro setor" trata-se na realidade de uma *denominação equivocada para designar um fenômeno social*, que traz consigo uma forte funcionalidade ao projeto neoliberal. O autor caracteriza-o como um "novo enfrentamento da questão social", inserido no processo de reestruturação do capital. Tal funcionalidade acaba por justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social.

Por ser um termo equivocado - e isto não é um acidente teórico -, leva a pensar este fenômeno como sendo as organizações da sociedade civil e, portanto, conduz a uma desarticulação do real que propicia maior aceitação do fenômeno em questão: em lugar das organização do Estado (burocrático e ineficiente) ou do mercado (lucrativo) para responder às demandas sociais, às organização da sociedade civil assumem essa tarefa (MONTAÑO, 2008, pag 184-185).

E conclui:

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um "setor" em detrimento de crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta à "questão social" (típica do WelfareState), com a desresponsabilização do Estado, a

desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional e ele) (pag. 185).

O terceiro setor hoje desenvolve um papel de amplitude na sociedade civil, estando sempre associado a uma forte carga ideológica de "solidariedade e caridade", sendo considerada de forma simplista e equivocada, como um espaço livre dos interesses lucrativos, mais eficiente que o Estado "burocrático", levando muitos a considerá-lo "uma família". Cria-se um senso comum de que tal esfera não é apenas espaço para ações individuais, mas ela deve construir um senso coletivo de responsabilidade social.

O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto políticas sociais de qualidade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população, e de autoajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades, e, por outro lado, a partir da precarização e focalização da ação social estatal e do terceiro setor, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. (MONTAÑO, 2008, pag. 23)

Concordamos com os estudos de Gramsci ao afirmar que na verdade a sociedade civil é um território de lutas constantes, ou seja, disputas de projetos. Só no século XX com os acontecimentos históricos a sociedade civil passa a ter abordagem e independência. Assim, Gramsci é o primeiro autor a compreender o espaço da sociedade civil como o espaço de organização política e cultural.

A sociedade civil é um espaço amplo e contraditório de múltiplas atividades econômicas, políticas, culturais, religiosas e educativas, no qual se estabelecem lutas de sistemas e modos de ver a realidade. Apesar dessas multiplicidades e suas contradições, a sociedade civil seria também um espaço de diálogo, consenso e convergência sobre objetivos que transcenderiam as aspirações corporativas. (SOUSA, 2004, pg. 26).

De acordo com Gohn (1997), a expressão ONG foi criada na década de 40 para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos, para executar suas atividades de interesse social.

Atualmente identificamos algumas categorias que integram o terceiro setor: as ONGs, as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as OSCPIs, instituições filantrópicas, movimentos sociais (como por exemplo, os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, movimento estudantil, movimento feminista), creches comunitárias. Assim, o conceito do terceiro setor e as categorias que o constituem representa *um*

constructo ideal que, antes de esclarecer sobre um "setor" da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios (MONTAÑO, 2008, pag.57).

Segundo Duarte (2010)

É imprescindível ressaltar que as ONGs exprimem um espaço complexo de contradições, pois ao mesmo tempo em que tais organizações se inserem na lógica do terceiro setor e assumem funcionalidade no processo de reestruturação do capital, trazem contribuições importantes à garantia de direitos sociais, assim como permitem respostas interessantes e criativas as diversas expressões da questão social. (2010, pag. 34)

Algumas leis e decretos regulam as atividades do terceiro setor, segundo Montañó (2008, pag.203) pode-se destacar.

Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, que reconhece como utilidade pública as sociedades civis, associações e fundações, constituídas no país. A Lei é regulamentada pelo decreto nº 50.51, de 2 de maio de 1961; a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o Serviço Voluntariado, considerado como atividades não remuneradas prestado por pessoas físicas a entidades públicas; a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, qualificado como organização sociais pessoas jurídicas de direitos privados, sem fins lucrativos cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, entre outros; a Lei nº 9.790, de 23 de março 1999, qualificando pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

As ONGs possuem uma finalidade pública e atuam em diversas áreas, ao lado dos movimentos sociais, entre eles ambientais, pobreza, assistência social, saúde, educação entre outros, como vimos anteriormente. Até algumas décadas atrás os movimentos sociais eram os atores principais e as ONGs um importantíssimo ator coadjuvante (MONTAÑO, 2008, pag. 271), nos últimos anos essa relação vem tomando outros rumos, as ONGs levaram a lógica das lutas e das reivindicações para o caminho da parceira, negociação (MACHADO, 2010, pag. 72), e do possibilismo, ou seja, *luta-se dentro da ordem capitalista* (MONTAÑO, 2008).

Afim de não fazermos uma associação precoce entre movimentos sociais e ONGs, como muitas vezes vem acontecendo, faz-se necessário diferenciar cada fenômeno, para não confundirmos as diferentes categorias. Tomando como referencia Montañó e Durigueto (2011), os movimentos sociais são compostos por sujeitos que se mobilizam por respostas constituídas pelos próprios envolvidos diretamente com a questão de que necessitam. Já as ONGs, são

constituídas por agentes remunerados e voluntários, que se mobilizam para responder as questões de interesses alheios.

O trabalho voluntário é muito frequente nas ONGs, essa novidade tão antiga que sempre existiu com a Igreja e nas casas de misericórdia e que hoje ainda continua tão frequente em nossa realidade. Mais sempre houve um problema para fixar o limite entre o serviço voluntariado e a relação de emprego. O serviço voluntário é definido como uma atividade não remunerada, sem vínculo empregatício nem ônus previdenciário, tudo regido pela Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que foi criada para evitar reclamações trabalhistas por parte dos trabalhadores voluntaristas.

No Brasil o número de ONGs existentes aproximadamente, segundo Simões (2010).

- 62% foram criados a partir da década de 1990;
- 72% são de pequeno porte, 27% de médio e 1% de grande porte;
- 77% não têm nenhum empregado e 7% tem 10 ou mais empregados;
- O setor assalariado por volta de 1,5 milhões de empregados;
- O salário médio é de 4,5% salários mínimos.

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE O CONSERVADORISMO E O PROCESSO RUPTURA.

Diante desse contexto os (as) profissionais de Serviço Social, enquanto profissão que atua diretamente junto às expressões das "questões sociais" produzidas pela sociedade capitalista, são desafiados (as) pelas novas demandas que surgem, sendo requisitados (as) para desempenhar estratégias de atendimento as necessidades sociais.

O Serviço Social, profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tem sua atuação institucionalizada, na passagem do capitalismo para o monopólio, tendo como pano de fundo o desenvolvimento industrial e a expansão urbana (IAMAMOTO, 2008). A profissão vai ter suas primeiras abordagens - denominadas obras sociais - com base no ideário da Igreja Católica, sendo

uma atuação meramente assistencialista orientado por um pensamento conservador, para resolver os conflitos individuais ou coletivos dos trabalhadores, apenas com o intuito de assegurar a relação de solidariedade sem levar em conta as manifestações dos trabalhadores e a relação capital/trabalho.

Nesse período no Brasil surgem as primeiras instituições assistenciais que foram criadas no Rio de Janeiro pela Associação das Senhoras Brasileiras em 1920, e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo no ano de 1923. Já os primeiros cursos superiores de Serviço Social foram criados em 1936, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sempre voltados para princípios católicos para atuarem com classe trabalhadora. Segundo Barroco (2008, pag.76)

A origem social das mulheres que ingressaram nas primeiras escolas de Serviço Social vincula-se ao pensamento católico e as classes dominantes; como mulheres e católicas, são influenciadas pelos padrões da moral conservadora. As determinações postas por esta origem social e de gênero influem na formação de um perfil potencialmente adequado as atividades educativas, de cunho moralizador.

Contudo, acompanhando o movimento histórico de lutas sociais e críticas à ordem vigente, o Serviço Social passa por um processo de erosão em suas bases de sustentação tradicionais, sendo um momento propício para contestação com as práticas tradicionais, fazendo surgir um questionamento crítico que incide sobre a teoria e a prática, e especialmente em relação ao papel profissional.

No Brasil, o processo de erosão das bases de Serviço Social tradicional é sinalizada no final da década de 50, no cenário do desenvolvimento, quando quadros jovens da profissão, vinculados ao trabalho com comunidades, questionam a histórica subalternidade da profissão, reivindicando um novo padrão cultural e teórico, tendo em vista as mudanças sociais em curso. Essa “crise” do Serviço Social tradicional que se desdobra posteriormente já indica uma transformação na intencionalidade desses profissionais que se identificam como “agentes de mudanças”. (BARROCO, 2008, pag. 108)

Na década de 60 inicia-se um movimento interno na categoria que constrói fundamentos para que na década de 70 dê início ao que futuramente vem a ser o *Movimento de Reconceituação* do Serviço Social, que questionou no âmbito da América Latina o viés tradicional e conservador, que leva a categoria a um debate por diferentes projetos profissionais.

O *Movimento de Reconceituação* tinha como base construir uma crítica profissional, buscando uma referência distinta da qual se orientava até então, e a partir deste que se dá e se expressa uma disputa entre os projetos políticos que divergem no interior da profissão, para Netto (1996) essa disputa segue três vertentes teórico-metodológico: *perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura*⁴.

Segundo Simões (2010, pag. 499):

O serviço social passou pelo movimento de reconceituação, que se desdobrou em várias tendências, dentro delas, sobretudo, a da modernização (funcionalista, fenomenológico e eclético) e das correntes marxista e socialistas de vários matizes.

Acompanhando tal movimento histórico, o/a profissional de Serviço Social amplia sua atuação para o campo da pesquisa, administração, planejamento e avaliação dos programas sociais buscando conhecer e enfrentar a lógica e dinâmica do capitalismo, em especial as mudanças ocorridas no âmbito do mundo do trabalho.

Nesse mesmo período foi revista a formação profissional, entrando em debate a revisão curricular para melhor adequá-la as novas direções sociais que a profissão seguia como também as perspectivas teóricas metodológicas. Outra conquista dos/das profissionais nessa época foi o debate da Ética no Serviço social, onde os antigos códigos foram revistos e em 1993 o novo Código foi aprovado, fruto de um processo que teve início com alguns seminários de Ética, e encontros estaduais, sendo aprovado no XXI Encontro Nacional CFESS/CRESS, o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação - Lei n.8662/93 que hoje estabelecem direitos e deveres para os profissionais de Serviço Sociais.

Assim, a partir de uma construção coletiva, de seu reconhecimento pelas entidades profissionais e sua disseminação juntamente a diretrizes curriculares nas diferentes Unidades de

⁴ Sobre tais vertentes Netto (1996) esclarece que a “*perspectiva modernizadora* foi um esforço de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserida no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizados no marco de estratégia de desenvolvimento capitalista, as exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64”. (NETTO, pag. 154) Já a vertente conhecida como *reatualização do conservadorismo* “buscava recuperar os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclamava nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados a tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana” (NETTO, pag. 157). A Intenção de ruptura, ao contrário das anteriores, possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. (NETTO, pag. 159). Para maiores esclarecimentos ver Netto (1996).

Formação Acadêmica (UFA) podemos afirmar que o Código de Ética Profissional se consolidou junto à categoria, se evidenciando na fala da assistente social, que teve sua formação pautada nas Diretrizes Curriculares 92, pois, quando questionada sobre o Código profissional afirma [...] *procuro cumprir meus deveres para que minha atuação enquanto assistente social esteja conforme o Código de Ética e a Lei que Regulamenta da Profissão (Assistente Social)*. A mesma se formou no ano de 2006, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com Pós-graduação em Políticas Públicas e Assistência Social.

No Artigo 4º do Código de Ética do Assistente Social, diz que é competência do (a) assistente social, “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta e indireta, empresas, entidades e organizações populares”. Assim os (as) assistentes sociais desenvolvem trabalhos individuais e em grupo com os (as) usuários (as) e seus familiares, orientando aos seus direitos que são garantidos por leis, viabilizam o acesso às políticas públicas e o exercício de sua cidadania.

Mesmo sendo um (a) profissional liberal o assistente social não detém todos os meios para desenvolverem seu trabalho, ficando a depender dos recursos da instituição o que muito influencia sua ação. Assim a profissão requer um (a) profissional informado e competente para defender e negociar com a instituição os projetos do seu campo de trabalho, indo além das rotinas burocráticas. Segundo Iamamoto (2011, pag. 215):

O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade. Ainda que a natureza qualitativa dessa especialização do trabalho se preserve nas várias inserções ocupacionais, o significado social de seu processamento não é volvido em relações sociais distintas.

Dessa forma, o Serviço Social, tanto em relação as suas condições de trabalho como também em relação à população que atende, acompanha as mudanças conjunturais, com o surgimento e ampliação do "terceiro setor" isso não é diferente. Em nosso próximo tópico iremos levantar a questão que envolve a inserção do profissional de Serviço Social no terceiro setor na atualidade.

4.1 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO TERCEIRO SETOR

Dentre as áreas de atuação que se abre para os (as) assistentes sociais o terceiro setor é um dos mercados que mais vem crescendo nos últimos anos. Sendo um profissional que tem como objeto de intervenção as expressões da “questão social” tende a sofrer com os reflexos da privatização e das transferências de políticas públicas para as ONGs em resposta a redução do Estado.

Com a transferência da execução das políticas públicas para o terceiro setor houve um rebatimento diretamente ligado ao mercado de trabalho do/da assistente social, causando um aumento de contrato desses profissionais nas ONGs. Para alguns autores as ONGs não são um posto de trabalho para os (as) assistentes sociais, pois muitas instituições não possuem esses profissionais, e muitas outras se utilizam de serviços terceirizados e/ou voluntários. Tal espaço de atuação profissional apresenta diversos desafios a serem superados tais como a terceirização do trabalho, precarização e instabilidade profissional, baixos salários, entre outros.

Apesar das dificuldades e limites que toda ONG tem, poderia melhorar as condições de trabalho, com relação às ferramentas: equipamentos, materiais diversos, pois muitas vezes temos que criar outros caminhos para arrecadar fundos para suprir alguma necessidade naquele momento(Assistente Social).

Os (as) assistentes sociais que atuam na área das ONGs trabalham com projetos e avaliação de programas, elaboração e articulação de parcerias, fato identificado na fala da assistente social da ONG com a qual pesquisamos.

Sim, nós assistentes sociais temos uma formação ampla, o que nos permite trabalhar em diversas áreas, tais como as ONGs. (Assistente Social)
[...] uma das áreas alcançadas pelo terceiro setor é a da assistência social, e o setor necessita de profissionais de serviço social que sejam participativos, comprometidos e dispostos a enfrentar os desafios, e trabalhar na garantia dos direitos das pessoas atendidas pelo mesmo. (Assistente Social)

Como podemos observar na fala da assistente social o terceiro setor é um espaço que deve ser ocupado com criatividade e competência teórica e política, não sendo apenas um executor de programas e projetos, mais um propositor de políticas públicas.

Mais temos que ressaltar que em alguns casos as ONGs apresentam um equipado espaço de trabalho, boas remunerações e agradável ambiente de atuação. Com isso as ONGs, se tornam um grande atrativo sendo disputado nas áreas de espaço de atuação profissional⁵.

5. O SERVIÇO SOCIAL NA ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA: LIMITES E POSSIBILIDADES.

A fim de ilustrarmos nossa análise sobre a atuação profissional da/do assistente social no terceiro setor trazemos a experiência da ONG Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida de Campina Grande, pois das várias áreas de atuação das ONGs, o campo da prestação de serviços na área da assistência e saúde tem ganhado grande destaque.

As ONGs, além de serem expressões do sistema neoliberal transferem para a esfera privada os direitos sociais e suas execuções, na perspectiva de "prestação de serviços". Segundo Machado (2010) *a atuação das ONGs concentrava-se predominantemente em uma vertente assistencialista, estendendo cuidados em saúde e grupos excluídos do atendimento do Estado ou de órgãos públicos. (pag.76)*

Segundo documentos institucionais a AEV de Campina Grande foi fundada no dia 07 de março de 2008, mas só foi iniciar suas atividades no dia 01 de junho de 2008. Sua estrutura física é composta por uma sala de recepção, uma sala de Serviço Social, uma sala para se guarda as doações, uma sala de fisioterapia, uma cozinha e dois banheiros, além de uma área externa bem ampla onde são realizados os eventos.

Sua administração é feita por uma assembléia geral é um conselho fiscal, formados pelos sócios e fundadores efetivos em pleno exercício de seus direitos e deveres. O quadro de funcionários é composto por uma assistente social, três estagiárias de serviço social⁶, um auxiliar de serviços gerais, um gerente operacional, 10 operadoras de telemarketing, uma supervisora de telemarketing, e uma equipe de voluntários que prestam trabalhos sociais.

⁵ Sobre a inserção do Serviço Social nas ONGs na Paraíba sugerimos a leitura da Dissertação de Mestrado de BATISTA (2003) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁶ Vale ressaltar que somente em 2010.1 a instituição torna-se campo de Estágio Supervisionado em Serviço Social, firmando parceria com o Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

A associação tem duas filiais, uma em Teresina que foi fundada em 2010 e outra em João Pessoa, que funciona desde 2011, como a de Campina Grande as duas atendem portadores de câncer de baixa renda, contam com um quadro de funcionários para desenvolver as atividades entre eles uma assistente social, que desempenha as diversas funções que lhe são designadas, entre eles as entrevistas domiciliares os cadastramentos para os futuros usuários.

Os documentos da AEV de Campina Grande colocam que a sua finalidade é levar apoio aos portadores de câncer, pois eles sofrem tanto emocionalmente como fisicamente, problemas que surgem no decorrer da doença. Muitas dessas pessoas, não têm condições econômicas para suprir suas necessidades básicas, desta maneira à associação oferece condições para que os usuários tenham um tratamento digno.

À associação presta assistência aos usuários e seus familiares diariamente, entre eles: apoio humano emocional e material, suprimentos das necessidades básicas, cria mecanismos para melhorar a qualidade de vida dos usuários, orientação jurídica e a integração dos usuários a sociedade e ao exercício da cidadania. Para suprir as necessidades básicas alguns benefícios são concedidos como cestas básicas, medicamentos, suplementos alimentares, consultas, exames, equipamento médico-hospitalar (próteses mamárias, sonda hospitalar, etc.), auxílio-condução (vale), auxílio-funeral, entre outros.

Várias atividades complementares são desenvolvidas na associação para uma melhor qualidade de vida aos usuários (as) dentre essas atividades podemos destacar o atendimento jurídico que acontece na própria instituição através de um advogado voluntário, os atendimentos também são realizados no Escritório Modelo da FACISA que tem como objetivo garantir que os direitos das/dos usuários (as) que procuram o serviço; às oficinas artesanais que promovem a inclusão social e maior integração entre os/as usuários/as, terapia do Reiki, atividades de educação física, atendimento fisioterapêutico, e datas comemorativas, como carnaval, páscoa, dia das mães, São João, dia dos pais, dias das crianças, dia nacional de combate ao câncer (Dia 27 de novembro) e natal.

Para melhorar a qualidade no atendimento aos usuários, alguns projetos foram solicitados, um desses foi à sala de fisioterapia que já está instalada e sendo usada, por uma fisioterapeuta que presta serviços voluntários, atualmente a AEV conta com alguns estagiários (as) de fisioterapia. O pedido de uma cozinha industrial para auxiliar nas oficinas artesanais também foi solicitado e um

carro para o transporte dos usuários. Para outras contribuições de manutenção a associação conta com a ajuda da sociedade civil, através do serviço de telemarketing, dos contatos realizados pela assistente social em eventos como brechó e exposição de artesanatos feitos pelos usuários.

Hoje a AEV de Campina Grande recebe em média 70 usuários entre homens, crianças e em sua grande maioria mulheres, em torno 90%, de várias cidades diferentes, os apresentam carência recebem uma cesta básica, e alguns deles recebem o cartão de transporte para se locomover até a instituição, segundos alguns (mas) usuários (as) era a maior dificuldade para frequentar a associação, fato evidenciado durante a entrevista quando questionamos sobre as dificuldades das usuárias para participar da referida instituição.

Não agora não, porque NOME (assistente social) deu a passagem (entrevistada 01)
(...) ganho passagens (entrevistada 03).

Desse universo elegemos um total de cinco usuárias, sendo todas mulheres⁷, quatro destas moram em Campina Grande, somente uma mora em São José da Mata. Com relação à faixa etária varia entre 50 a 60 anos.

Tais usuárias frequentam a associação a mais de três anos, tomando conhecimento desta por diversas formas, desde conversas com amigas até indicações de profissionais da Fundação Assistencial da Paraíba (FAP)⁸.

Através de um sobrinho meu, que conhecia a antiga assistente social (entrevistada 01)
Uma amiga (entrevistada 02)
Por intermédio da minha irmã e uma mulher na FAB que me deu o endereço
(entrevistada 04)

Tais falas apontam que no âmbito do atendimento da AEV existe um prestígio e reconhecimento pelos serviços oferecidos, pois a ONG é conhecida tanto pela população geral como por hospitais da rede SUS. Contudo, destacamos que as próprias usuárias sentem a falta de outros profissionais especializados, como podemos ver a seguir.

Sinto falta de um enfermeiro (entrevistada 1º)
Sinto “né”... Uma psicóloga (entrevistada 5º)

⁷Vale ressaltar que no dia que foi realizada a entrevista compareceram a instituição apenas mulheres.

⁸ A FAP faz parte da rede complementar do SUS, prestando atendimentos de alta complexidade, como cirurgias, quimioterapia, radioterapia, fisioterapia e diversos exames, dentre outros, referentes ao tratamento do câncer.

Psicóloga, porque às vezes a gente quer falar com uma pessoa (entrevistada4º)

Foi unânime, entre as usuárias entrevistadas, a satisfação em relação aos serviços e benefícios ofertados pela AEV. Vejamos assim a fala de uma das usuárias quando perguntado o que os elas acham da associação:

“Aqui tem tudo que a gente precisa, a gente encontra apoio, tem a cesta básica, tem medicamentos, exames (entrevistada 1º)”

O Serviço Social na AEV existe desde que esta foi fundada,

As atividades na casa tiveram início no mês de julho de 2008, e respectivamente os atendimentos sociais, como: entrevista, visitas, cadastros, esclarecimentos referente aos direitos do portador de câncer e outros. (Assistente Social)

Dos trabalhos desenvolvidos pelo Serviço Social na instituição podemos destacar as visitas domiciliares, onde a assistente social visita à casa das/dos usuários (as) para fazer um levantamento de suas condições econômicas, e o cadastramento que é realizado na própria associação, onde o/a usuário (a) responde uma ficha⁹ de cadastramento com seus dados pessoais, o relatório socioeconômico de cada usuário fica arquivado na instituição. O Serviço Social também busca parceiras com empresa para auxiliar na arrecadação de alimentos para a cesta básica, exames e medicamentos para o tratamento das/dos usuários (as), pois os mesmos não têm condições de conseguirem por serem de auto custo¹⁰, e leva informações sobre os direitos dos usuários, como Benefício de Prestação Continuada (BPC), previdência social e aposentadoria entre outros. A assistente social da AEV também planeja, organiza e realiza as festas comemorativas da instituição, como relatamos acima. Tais atribuições encontra-se evidente na fala da profissional:

Atendimento individual e em grupo, acompanhamento social, trabalho interdisciplinar, reunião com usuários e familiares, fornecimento de benefícios, contatos externos, cuidados paliativos, captação de recursos, encaminhamentos e outros (Assistente Social)

⁹A ficha do cadastrado da AEV em anexo

¹⁰ A demanda trazida pelas/os usuárias (os) de remédios e exames revela a precarização do SUS e das políticas sociais, anteriormente discutidas em nosso artigo.

Assim, o Serviço Social da AEV apresenta-se como uma profissão fundamental para desenvolvimento e andamento das atividades da instituição, o que significa um reconhecimento por parte desta a importância do profissional, mas por outro lado, tende a sobrecarregar tal profissional, pois este além de desenvolver as atividades citadas acima ainda tem que garantir o funcionamento administrativo da instituição.

Sobre a atuação profissional lembramos Iamamoto e Carvalho (2009, pag. 112),

O Assistente social, no exercício de suas atividades vinculado a organizações institucionais estatais, para-estatais ou privadas dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilidade de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte a racionalidade do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas.

Quando perguntado as usuárias o que elas achavam sobre o serviço social muitas responderam sobre a importância do mesmo na instituição, algumas citaram a própria profissional, fazendo uma clara associação entre a profissão e a profissional. A seguir fala das usuárias:

Considero muito importante, tem muita coisa que não sabia e soube aqui (entrevistada 03)

Acho se não fosse o serviço social o que seria da gente (entrevistada 01)

E muito importante, porque quando agente precisa vai até ela (assistente social) e ela nunca diz não (entrevistada 05)

A partir de nossas observações junto ao cotidiano da instituição, realizadas durante o estágio supervisionado em Serviço Social (2010-2011), percebemos que embora a referida ONGs aponte em seus documentos institucionais para um completo atendimento das necessidades dos/das seus/suas usuários (as) percebemos tanto limitações financeiras como institucionais, que se evidenciam principalmente com a falta de profissionais contratados, embora exista a demanda para tal, fato lembrado por seus/suas usuárias (os), como destacamos anteriormente.

Assim, o Serviço Social na AEV possui um contato direto com os/as usuários (as), o que possibilita a escuta de suas demandas e a fortalecimento do vínculo usuário e serviço social, importante relação para o exercício da profissão pressuposto que fica claro no Código de Ética em seu artigo 7º § b- *ter livre acesso à população usuária*.

A assistente social em seu primeiro contato com os/as usuários (as) visa a prestação de serviço, possibilita a reflexão e apresentação, serviços e benefícios oferecidos pela associação. Com a proximidade que o assistente social tem com o usuário é tido como um agente institucional que leva as informações tanto para os/as usuários (as) como para a entidade.

Mesmo lutando contra o estereótipo do discurso conservador, as ONGs não conseguem separar o conservador do progressista, muitos usuários ainda tem o Serviço Social como um favor. Como podemos observar na fala dos usuários:

Vocês trabalham muito pra atender os pacientes dar conforto, leva energia positiva e saúde, e alimentação que agente não passa mais fome. (entrevistada 4ª)

Muita coisa pra gente “né”, cesta básica, medicamento [...] quando agente precisa vai ate ela (assistente social) e ela nunca diz não. (entrevistada 5ª)

Por ser difícil conseguir parcerias alguns profissionais muitas vezes estão mais atentados a desenvolver projetos e articulações, ou seja, garantir a sobrevivência da ONG por dependerem de doações das empresas e da sociedade civil. Ao invés de desenvolver o intermédio ente usuário e instituição, em alguns casos o (a) assistente social tem que desenvolver múltiplas tarefas. Essa situação si dá pelo fato das transformações que ocorrem no mundo do trabalho como vimos anteriormente, que em alguns casos vemos a precarização nas relações contratuais, como é o caso do terceiro setor. Analisamos a fala da assistente social quando se refere aos desafios encontrados no exercício profissional na instituição:

O maior desafio é firmar parcerias tanto com órgãos públicos como com empresas privadas. As ONGs não fazem parte do Estado, porém tem o caráter público à medida que se dedica a causas e problemas sociais, nesse sentido acredito que deveríamos ter uma atenção especial por parte do Estado (assistente social).

Os/as assistentes sociais em seu cotidiano precisam reconstruir novos instrumentos que possibilitem a apresentação de suas propostas políticas junto ao empregador, transformando o projeto de intervenção em instrumento de negociação reconhecido no âmbito da instituição.

E através dos (as) assistente sociais, que as ONGs devem desenvolver ações que promovam a democracia e a participação da sociedade, desenvolvendo atos que resgatem as demandas universais, no sentido de cobrar do Estado o desenvolvimento de políticas públicas e denunciar as irregularidades no desenvolvimento da mesma.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No decorrer de nossa pesquisa podemos concluir que o terceiro setor é um espaço que vem crescendo nos últimos anos, tal projeto tem o intuito de "mascarar" o fenômeno social de desestruturação das políticas sociais, desresponsabilizaram do Estado e "despolitização" dos conflitos sociais, que vem cada vez mais ganhando espaço junto a segmentos da classe trabalhadora mais vulnerável, inclusive entre profissionais da área e com a sociedade civil, que se transmuta em terceiro setor, como esfera pública não estatal e como ilusório caminho para a ampliação da democracia.

Sendo o terceiro setor o novo porta voz da sociedade civil se torna “vilão e mocinho” ao mesmo tempo, pois enquanto articulação de diversas entidades, movimentos sociais e instituições este não um bloco monolítico, ou seja, podemos encontrar tanto instituições sérias e progressistas que lutam pelos direitos da população a partir de parcerias, como entidades meramente assistencialistas, ao mesmo tempo que assume o que deveria ser a função do Estado que se retira e deixa para o terceiro setor as suas funções com a sociedade civil.

No decorrer de nossa pesquisa podemos observar que as ONGs combinam uma mistura entre o discurso conservador e o progressista, pois algumas das suas intenções aparecem interligas por práticas antigas do voluntariado e do favor.

Nosso trabalho que teve como objetivo analisar a atuação do Serviço Social na AEV, evidenciando sua relação com os/as usuários (as), dessa forma, a pesquisa aponta que a assistente social sempre busca encontrar novas parcerias para levar aos usuários (as) o melhor atendimento de suas demandas, sempre buscando um aprimoramento teórico, o que se revela quando esta faz uma Pós-graduação na área de políticas públicas e assistência social ano passado.

A partir da fala das usuárias podemos observar a importância da AEV para a efetivação dos direitos da população lá atendida. Percebemos também que existe um forte vínculo entre o Serviço Social da AEV e seus/suas usuários (as) o que é reflexo do acesso direto da profissão a estes, possibilitando a escuta e resposta de suas demandas.

Outra questão que identificamos com relação ao Serviço Social na AEV foi à existência de apenas uma assistente social na instituição o que tende a sobrecarregar tal profissional, que acaba desenvolvendo diversas atividades, que vão desde planejamentos e organizações de festas

em datas comemorativas até pesquisa de preço para medicamentos para as/os usuárias/os. Até o presente momento não identificamos por parte da Diretoria da instituição iniciativa que sinalize para contratação de novos profissionais.

Mesmo com todos os desafios existentes; precarização profissional terceirização do trabalho e baixos salários entre outros, as ONGs são um novo mercado que se abre para os (as) assistentes sociais.

Ressaltamos que nosso intuito não é esgotar o tema, mais sim trazer novos elementos para que possam contribuir a futuros trabalhos acadêmicos, levando em conta as limitações de nossa pesquisa, pois ela foi realizada com apenas uma assistente social em uma ONG de Campina Grande.

7. REFERENCIAS

AEV. Associação de Apoio aos Portadores de Câncer Esperança e Vida. **Reformaestatutária**. Campina Grande, 2008.

BATISTA, Aline Maria de Melo: Por fora do Estado: **A Inserção dos assistentes sociais nas ONGs de João Pessoa – PB**,Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Serviço Social,Universidade Estadual da Paraíba. Paraíba, 2003.

BARROCO, Maria Lucia Silva: **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 7 Ed. São Paulo, editora Cortez, 2008.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo. Cortez. 2003

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete: **Política Social: fundamentos e historia-** 6. Ed.- São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, Joilma Alves: estado, **terceiro setor e serviço social: relações e mediações no contexto neoliberal**. Pará, 2001.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento; **serviço social e terceiro setor: a atualidade do debate para o exercício profissional**: XII encontro nacional de pesquisa em serviço social, 2010.

_____**Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs**: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 1, p. 66 - 76 jan./jun. 2010.

GANSALES, Elisa Pereira: **conversas sobre a iniciação á pesquisa científica**- 4ª ed. Editora Alínea, 2007.

GIL, Antônio Carlos: **como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª ed.- São Paulo- editora atlas-2007.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes: **Os Sem Terras, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na área da globalização** – São Paulo, Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul: **relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**- 6ª ed.- São Paulo, Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela: **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** – São Paulo, Editora Cortez, 2011.

LEHFELD, A.S. e BARRO, A. J. P.: **projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis-RJ: VOZES, 1990.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, Editora Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETO, Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**- 3 edição, São Paulo, editora Cortez, 2011 (biblioteca básica de Serviço Social)

MOTA, Ana Elizabete, **Serviço Social: Direitos sociais e competências Profissionais: Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. –Brasília: CFESS/ABESS, 2009. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social)

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**, 3ed, São Paulo, editora Cortez, 1996.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes: **do estado liberal ao estado neoliberal, interface**- Natal- v. 1, 2004.

PINTO, Thalita Bellieny. **Terceiro Setor e Serviço Social: Questões para o debate**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SIMÕES, Carlos: **curso de direito do serviço social**- 4ª ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Wilson Cabral Junior. **Gestão das águas no Brasil: reflexos, diagnósticos e desafios** – instituto Internacional de Educação do Brasil – São Paulo, Peirópolis, 2004

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Nome da pesquisa: UMA ANALISE DA ATUAÇÃO DA/DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: IDENTIDADE E AUTONOMIA DIANTE DAS DEMANDAS RELACIONADAS ÀS ONGS

Pesquisador Responsável: Juliana de Oliveira Marcolino

ENTREVISTA N° _____

Roteiro de entrevista - Usuários (as)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

• **Perfil da/do usuário (a)**

1. Idade _____
2. Sexo Masculino () feminino ()
3. Cidade _____

• **Usuária (o) e a AEV**

1. Há quanto tempo frequenta a Associação Esperança e Vida?
2. Porque frequenta a AEV?
3. Como ficou sabendo da AEV?
4. Senti alguma dificuldade para frequentar a AEV? Se sim, qual?
5. Conhece as/os profissionais da AEV? Se sim, quais conhece?

6. Você senti a falta de mais algum profissional na AEV ou o atual quadro de profissionais já é suficiente?

- **Usuária (o) e o Serviço Social da AEV**

1. Conhece o Serviço Social da AEV?

2. Para você o que o Serviço Social faz?

3. Considera importante o Serviço Social na AEV? Se sim, por quê?

4. Para você o que poderia melhorar em relação ao atendimento do serviço social? Por quê?

5. Você acha importante o assistente social na instituição? Por quê?

6. Qual a sua relação com o profissional de serviço social?

Nome da pesquisa: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA/DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: IDENTIDADE E AUTONOMIA DIANTE DAS DEMANDAS RELACIONADAS ÀS ONGS

Pesquisador Responsável: Juliana de Oliveira Marcolino

ENTREVISTA N° _____

Roteiro de entrevista - Assistente Social

• **Perfil Profissional**

1. Qual ano em que se formou?

2. Em qual universidade?

3. Possui alguma Pós-Graduação?

Se sim, em que realizou a Pós-Graduação e qual a área?

4. Trabalhou como assistente social em outras instituições?

• **Serviço Social e o Terceiro Setor**

1. Para você, o que é o Terceiro Setor?

2. Você acha que existe alguma relação entre o Terceiro Setor e o Serviço Social?

3. Para você as ONGs são um novo mercado profissional que se abre para o assistente social?

• **Exercício Profissional na Instituição**

1. Há quanto tempo é assistente social da AEV?

2. O que é a AEV? A quanto tempo funciona e qual o público que procura atender?

3. Quando foi fundado o Serviço Social na AEV?

4. Atualmente o Serviço Social é composto por quantas (os) profissionais e estagiárias (os)?

5. Quais as atividades que o Serviço Social desenvolve na AEV?

6. No trabalho da instituição, você acumula mais algum cargo? Se sim, qual?

7. Para você quais as possibilidades encontradas no exercício da profissão na AEV? E quais os maiores desafios? Por quê?

8. O que poderia melhorar para os profissionais que atuam em instituições sem fins lucrativos?

• **Serviço Social e os Princípios Ético-Políticos.**

1. Você conhece o Código de Ética profissional da/do Assistente Social?

2. O trabalho que você desenvolve na AEV, enquanto assistente social está condizente que os atuais princípios e direcionamentos do Código de Ética profissional e a Lei de Regulamentação da profissão? Por quê?

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS PORTADORES DE CÂNCER ESPERANÇA E VIDA

Entidade Civil Sem Fins Lucrativos - Registro Civil das Pessoas Jurídicas sob nº 66.998

Rua: Antonio Campos nº 382 Alto Branco - Tel.3341-6732

CNPJ: 09.426.528/0001-00

FICHA DE CADASTRAMENTO DO USUÁRIO

Nome:		
Sexo:	Idade:	Data de Nasc:
Naturalidade:		
Nome do Pai:		
Nome da Mãe:		
Endereço residencial:		
Bairro:		
Telefone para contato:		
GRAU DE INSTRUÇÃO:		
Alfabetizado: () Fundamental: () Médio: () Superior: ()		
ESTADO CIVIL:		
Solteiro (a): () Casado(a): () Outros:()		
PROFISSÃO:		
Inativo(a): () Pensionista: () Aposentado(a): () Outros ()		
COMPOSIÇÃO FAMILIAR:		
Nº de filhos: () Nº de netos: () Nº de outros: ()		
CONDIÇÕES DE MORADIA:		
Própria: () Cedida: () Energia: Elétrica () Outras ()		
Alugada () Outros () Saneamento básico: Saneada () Outros ()		
Lixo: Coletado () Outros ()		
RESPONSÁVEL PELO USUÁRIO		
Nome:		
End:		
Telefone:	Parentesco:	
CONDIÇÃO DE SAÚDE DO USUÁRIO		
Acamado (a): SIM () NÃO ()		
DIAGNÓSTICO SOCIAL		

Assinatura do usuário

Assinatura da Assistente Social